

A COMUNICAÇÃO EM REDE NA ERA ATUAL, A DO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL, E A PERSPECTIVA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

NETWORK COMMUNICATION IN THE CURRENT AGE OF THE TECHNICAL-SCIENTIFIC-INFORMATIONAL PERIOD AND THE PERSPECTIVE OF PARTICIPATIVE TERRITORIAL PLANNING

Rubens Staloch¹
Isa de Oliveira Rocha²
Pedro Martins³

Resumo

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) proporcionam um rico debate sobre as novas formas de organização social e do desenvolvimento de novas territorialidades no ciberespaço. A partir de tal premissa, este texto apresenta reflexões sobre a proposição de inserção das TIC, como, por exemplo, via aplicativos, na execução do planejamento territorial participativo. Postula-se que o território é o resultado da impressão das relações sociais no espaço, ou seja, das territorialidades existentes, as quais podem hoje ser mediadas no ciberespaço. O percurso teórico-metodológico culmina com a proposição de que o ciberespaço pode ser explorado na via de contribuir com o planejamento e o desenvolvimento urbano e regional. A proposta não esgota o diálogo sobre o tema, muito pelo contrário, o objetivo é abrir horizontes para discussões que facilitem o entendimento sobre o alcance das dinâmicas sociais recentes, desenhadas no âmbito do ciberespaço e aplicadas ao planejamento e desenvolvimento territorial, sobretudo, participativo, pois a comunicação é fator fundamental que incide nos processos de desenvolvimento de um território, atuando como elemento estratégico para uma nação.

Palavras Chave: Planejamento Territorial. Ciberespaço. Planejamento Territorial Participativo.

Abstract

Information and Communication Technologies (ICTs) provide a rich debate on new forms of social organization and the development of new territoriality, that is in cyberspace. From this premise, this

¹ Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC), Florianópolis – SC, Brasil. E-mail: rubens.staloch@udesc.br

² Doutora em Geografia Humana (USP). Professora associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis – SC, Brasil. Atua na Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SPG/SC) como organizadora do Atlas Geográfico de Santa Catarina. E-mail: isa.rocha@udesc.br

³ Doutor em Antropologia Social (USP). Atualmente é professor associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis – SC, Brasil. E-mail: pedro.martins@udesc.br

paper presents reflections on the inclusion proposition of ICTs, such as the applications in the implementation of participatory territorial planning. It is postulated that the territory is the print result of social relations in space, ie, the existing territoriality, which today can be mediated in cyberspace. The theoretical-methodological course culminates with the proposition that this cyberspace can be explored on the way to contribute to regional and urban development. The proposal does not exhaust the dialogue on the subject, on the contrary, the goal is to open horizons for discussions, to facilitate understanding of the scope of the recent social dynamics, designed in the cyberspace and applied to planning and territorial development, especially participatory, because communication is a fundamental factor that affects the development processes of a territory, acting as a strategic element for a nation.

Keywords: Territorial Planning. Cyberspace. Participative Territorial Planning.

Notas introdutórias

A sociedade, entendida como o resultado de redes de interações e inter-relações constituídas espaço-temporalmente, atualmente, pode também ser compreendida e observada a partir do ciberespaço e da nova cultura que se instituiu: a cibercultura (LEVY, 1999). Ademais, a comunicação tem se mostrado um fator determinante no processo de desenvolvimento territorial, sendo, assim, um fator estratégico. Há uma evidente dinâmica territorial, constituída no ciberespaço, considerando diferentes escalas de ação e análise dos [para os] processos socioespaciais. A reflexão proposta neste texto tem como foco a discussão acerca do planejamento e desenvolvimento territorial, sobretudo no contexto brasileiro, e a perspectiva da utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) amparadas no contexto da organização em rede no ciberespaço como possibilidade ao planejamento territorial participativo.⁴

Pensar em planejamento territorial (em escala urbana, regional e global) é buscar o positivo desenvolvimento, um processo contínuo e progressivo visando produzir e distribuir os bens e serviços a fim de atender às necessidades individuais e coletivas, enfatizando, ainda, o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.⁵

Assim, a finalidade primária do planejamento e gestão territorial, conforme Mafra & Silva (2004, p. 8), resume-se ao “ordenamento territorial, significando esta expressão a análise da distribuição dos locais destinados à habitação e às actividades produtivas e outras num dado espaço, bem como das formas de utilização pelos diversos agentes envolvidos”. Porém, para que se possa alcançar positivo desenvolvimento⁶ é fundamental a integração entre os pesquisadores, formadores em diferentes níveis acadêmicos e cidadãos, em projetos, programas e planos de desenvolvimento. Fundamental, também, é a participação deles no processo (ou processos/etapas) de planejamento, assim como prevê o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) para a gestão democrática das cidades.

Historicamente, se analisarmos o contexto brasileiro, percebe-se que a participação social nunca foi “bem aceita”, sobretudo devido à vontade política e por pensamentos tecnicistas contrários, como apontaram Rolnik (2001) e Maricato (2009). Para tecer um pensamento acerca de novas perspectivas ao planejamento territorial participativo, parte-se do pressuposto que as TIC, como importante inovação tecnológica da presente fase do capitalismo mundial, também conhecida como 4º Ciclo Longo de Kondratieff (RANGEL, 2005) ou Período Técnico-Científico e Informacional (SANTOS, 1994), imprimem novas transformações espaço-temporais, novas territorialidades, onde a informação e a comunicação passam a ser fatores fundamentais bem como a infraestrutura técnica.

Santos (1994, p. 139) lembra, também, que esse estágio “se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de *meio técnico-científico*, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas”. Posto essa introdução, para subsidiar o debate, a metodologia para apresentação do presente texto está enquadrada na pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Dessa forma, o texto está

⁴Parte integrante de pesquisa de tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na linha de pesquisa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Econômico e Espacial, na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

⁵Vide CMMAD (1991) e Sachs (1993).

⁶Sendo o desenvolvimento uma mudança no espaço e no tempo, o positivo desenvolvimento seria decorrente de boas políticas territoriais implementadas cujo resultado esteja na melhora da qualidade de vida e sustentabilidade das cidades.

dividido em três seções além destas notas introdutórias: i) referencial teórico; ii) reflexão sobre o Período técnico-científico-informacional e planejamento territorial; e iii) notas finais.

Referencial teórico: breves notas sobre território, territorialidades, ciberespaço e planejamento e desenvolvimento territorial à luz do contexto brasileiro

Enteder e refletir sobre planejamento e desenvolvimento urbano e regional requer, antes, entender algumas questões epistemológicas. Para tanto, como forma de iniciar a discussão, cabe pensar sobre o território, sobre as territorialidades e sobre as inovações técnicas que emergem⁷ durante o período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994). Pensar em território requer também entender o espaço. Ambos não são termos equivalentes e nem sinônimos (RAFFESTIN, 1993). Lefebvre (1992, p. 26) compreende que as relações sociais não podem ser resumidas ao espaço físico. É no espaço da vida social onde ocorrem as relações. Dessa forma, a base do território é a natureza ou o espaço – o qual o homem transforma a partir do seu trabalho, de sua intervenção. Modo de produção, formação social e o espaço são interdependentes (SANTOS, 1977). O Espaço, de acordo com Santos (1988, p. 26)

[...] não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas [...] O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam [...] objetos geográficos [...] [e] a sociedade em movimento (1988, p. 26).

Nasce, assim, uma categoria de análise chamada formação sócio-espacial, descrita por Santos (1977), pois o processo de desenvolvimento da sociedade ao longo dos tempos se dá a partir dos fluxos e dos fixos, em um sistema de ações sobre um determinado espaço. Para Raffestin (1993, p. 143), o sujeito “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] territorializa o espaço”, ou seja, o território é modificado pelo trabalho e pelas relações de poder presentes no cotidiano.

Os indivíduos vivem cotidianamente relações sociais, criam relações de poder que se revelam na construção de malhas, nós e redes que, por sua vez, constituem o território, manifestado em diferentes escalas espaço-temporais e sociais, modificando-se no transcorrer do tempo. Haesbaert (2006) enfatiza a existência de uma multiterritorialidade não-hierárquica e em constante processo de transformação. O território, em qualquer compreensão, tem a ver com poder, mas não apenas com “poder político” tradicional. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação quanto ao poder no sentido mais simbólico de apropriação. Assim, Haesbaert (2007) apresenta pelo menos três enfoques para o conceito de território: a) materialista: no qual o território é recurso natural, distância física ou, no limite, um abrigo; b) idealista: associando território e cultura, uma visão mais simbólica dos poderes invisíveis; c) um enfoque integrador entre as diferentes dimensões sociais: naturalista e biológica, relações de poder (Estado-Nação Moderno) e econômica.

Territorialidade e território não são sinônimos, mas sim complementares. As territorialidades são definidas, assim como o território, histórico-temporalmente. Territorialidade está diretamente relacionada às interações sociais dos sujeitos, sejam elas por objetivos políticos, econômicos ou outros. Simultaneamente, são o resultado, as condicionantes e dão as características da territorialização e do território. Saquet (2007, p. 127) afirma que “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, pelas territorialidades cotidianas”.

De acordo com Sack (2011), as territorialidades são constituídas a partir das ações humanas, da tentativa de um indivíduo ou grupo de controlar/influenciar os demais numa área [território] delimitada. Para o autor, as territorialidades são escalares, pois podem ocorrer na perspectiva do indivíduo, do lar, do trabalho, alterando-se de acordo com as relações sociais constituídas. Como se nota, a construção dos territórios perpassa diversas questões de diferentes áreas. Além dos aspectos políticos, Santos (2002) também salienta a importância dos aspectos sociais, econômicos e culturais entrelaçados em virtude do movimento da sociedade (territorialidades) no decorrer dos diversos momentos históricos e do desenvolvimento das técnicas na compreensão do território. Perfazendo uma síntese, sobre a definição do território se pode dizer que há um certo consenso entre alguns

⁷ Pensando nesta relação entre inovações técnicas e espaço, Mamigonian (1999, p. 155) expõe que a “organização do espaço sob o capitalismo dependeu e depende das revoluções industriais, das revoluções nos transportes [...], mas também das reestruturações econômicas espaciais que ocorrem nos períodos depressivos”.

autores (Raffestin, 1991; Haesbaert, 2007; Lopes de Souza, 1995 e 2006; Santos, 2002) sobre a concepção de território, sendo ele relacionado às relações de poder.

Ainda, cabe menção de que o fator comunicativo tem centralidade no processo de desenvolvimento das sociedades, pois a história da humanidade está imbricada com o processo de desenvolvimento da comunicação [e dos meios de comunicação]. Para Cloutier (2012), a história da comunicação é cumulativa e pode ser dividida em cinco episódios, que, por sua vez, correspondem a cinco tipos de meios de comunicação. (Quadro 1)

Quadro 1: Tipos de comunicação

Tipos de Comunicação	Tipos de Meios	Características
Comunicação interpessoal	<i>Homem-medium</i>	Comunicação oral / presencial com emissão de gestos, sons etc. O ser humano é emissor e receptor ao mesmo tempo.
Comunicação de elites	<i>Media-suportes</i>	Separação das linguagens comunicativas: áudio, visual e escrita, sendo esta última, uma revolução no modo de comunicar-se. Desta forma, a comunicação de elite proporciona ao emissor uma posição privilegiada em relação ao receptor.
Comunicação de massas	<i>Mass-media</i>	Ampliação das mensagens, multiplicando-as e difundindo-as para um maior número de pessoas, por exemplo, a imprensa. O ser humano, de forma geral, passa a ser mais receptor do que emissor.
Comunicação individual	<i>Self-media</i>	Ampliação das ferramentas de uso pessoal, com baixo custo, fez com que o ser humano voltasse a ser emissor [com diferentes formatos: escrita, vídeo, áudio etc.] a partir da <i>self-media</i> (meios de comunicação de uso próprio).
Comunicação universal	<i>Media de rede</i>	A partir das TICs, uma nova forma de comunicação de institui, àquela baseada na organização em rede – de internet – no ciberespaço.

Fonte: elaboração com base em (LÉVY, 1999), (CASTELLS, 1999) e (CLOUTIER, 2012).

Essas relações constituintes dos territórios, por sua vez, implicam [e podem contribuir] no processo de planejamento e desenvolvimento territorial. Há uma imbricação entre territorialidades, território e planejamento territorial. A finalidade primária do planejamento e gestão territorial, conforme explicita Mafra & Silva (2004, p. 8), resume-se ao “ordenamento territorial, significando esta expressão a análise da distribuição dos locais destinados à habitação e às actividades produtivas e outras num dado espaço, bem como das formas de utilização pelos diversos agentes envolvidos”. Por sua vez, ainda lembram os autores, o planejamento territorial é entendido como “uma estrutura analítica e estratégica, na sua essência um conjunto coerente de políticas que estabelecem ou modificam o ordenamento territorial” (MAFRA & SILVA, 2004, p. 9). Executar o planejamento territorial, portanto “é definir o melhor modo de ocupar o sítio de um município ou região, prever os pontos onde se localizarão atividades e todos os usos do espaço, presentes e futuros” (BRASIL, 2004, p. 14), que vai muito além da prática do chamado “urbanismo”. Assim, por meio do planejamento territorial:

Pode-se converter a cidade em benefício para todos; podem-se democratizar as oportunidades para todos os moradores; podem-se garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal; e podem-se democratizar as condições para usar os recursos disponíveis, de forma democrática e sustentável (BRASIL, 2004, p. 14).

De acordo com Saquet (2011, p.105), “a práxis de desenvolvimento territorial não pode ser burocrática e centralizada, direcionada *por* e *para* poucos, político-partidária e subordinante”. Portanto, a participação social é fundamental para que se conquiste a cidade (e o desenvolvimento) que se quer, pensando, ainda, no contexto do direito à cidade descrito por Lefebvre (2001). Segundo

o Ministério das Cidades (2004, p. 13), “todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município”. Portanto, o planejamento regional e urbano precisa ser construído com base em princípios como participação, solidariedade e cooperação, reconhecendo os desejos e sonhos das pessoas em diferentes temporalidades (SAQUET, 2011).

Considerando o contexto brasileiro do planejamento territorial, em forma de síntese, pode-se pensá-lo a partir de três períodos-base:

1º.: Brasil Colonial (1500-1822): no Brasil Colônia, o marco principal de planejamento territorial foi, sem dúvida, a forma como o território fora dividido em capitanias hereditárias, sendo estas divididas de forma arbitral, mediante interesses.

2º.: Brasil Império (1822-1888): a exploração do território avança (já no Brasil Imperial) do litoral para o centro através do chamado ciclo dos bandeirantes, que se iniciou no século XVI e prolongou-se até o século XVIII. Partia de São Paulo rumo ao interior com o objetivo de capturar índios nas missões jesuíticas, além dos bandeirantes que buscavam metais preciosos como ouro e prata. Já os bandeirantes de contrato eram aqueles contratados pelo governo imperial para combater grupos indígenas rebeldes e negros que viviam nos quilombos. Destaca-se, nesse período, o chamado ciclo de povoação do território.

3º.: Brasil República (1889 aos dias atuais): período marcado pelo início do processo de planejamento fundamentado no chamado urbanismo, tendo em vista a urbanização crescente. O processo de urbanização do Brasil tem, na Revolução de 1930, seu principal marco⁸, no qual o Estado brasileiro passa a ser liderado pela aliança de classes dominantes representada pelos latifundiários aliados à burguesia nascente, constituída na fase depressiva do terceiro ciclo longo do capitalismo central (RANGEL, 1981). A partir da revolução de 1930, o Brasil passa a se construir como uma Nação, porém com grandes problemas, sobretudo estruturais, como é o caso da falta de comunicação (estradas).

Nesse terceiro período, pode-se evidenciar uma série de políticas, planos e programas cuja finalidade residia na lógica da reprodução capitalista, a exemplo do “Plano de Metas”, na década de 1950, em que o crescimento deveria ocorrer de forma acelerada, enquanto o desenvolvimento pouco foi levado em consideração, sendo a infraestrutura para a instalação industrial o marco principal. Com a mesma essência, também foram o I e II “Plano Nacional de Desenvolvimento” (PND) na década de 1970.

Nos anos de 1990, a lógica do país estava regida por políticas econômicas neoliberais, no contexto do comércio exterior, para a indústria e o emprego. Rolnik (2009, p. 32) elenca que nesse período ocorreu, no país, um fato muito chamativo e importante no debate sobre as questões urbanas, sobretudo:

Em um dos movimentos socioterritoriais mais rápidos e intensos de que se tem notícia, a população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana em menos de 40 anos (1940-1980). Este movimento, impulsionado pela migração de um vasto contingente de pobres, ocorreu com base em um modelo de desenvolvimento urbano que basicamente privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva à cidade. Em cada ponto do território que apresentou grande crescimento e dinâmica urbana, as qualidades urbanísticas se acumulam em um setor restrito, local de moradia, negócios e consumo de uma minoria da população moradora.

Por muito tempo se achou que planejar a cidade era praticar “urbanismo” (assim como evidenciado no Plano Agache), amparado no pensamento funcionalista das cidades. Reside, nessa discussão, a dualidade entre a cidade que se quer e a cidade que se tem. Para Maricato (2009), devido a um modelo de planejamento tecnicista e que exclui a participação, as ideias estão fora dos lugares e os lugares estão fora das ideias. Visando o encaixe dessas perspectivas bem como da regulamentação dos Arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 [inseridos devido “pressões” do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, iniciado na década de 1960], que expressam a “função

⁸ É preciso compreender, ainda, que o processo de planejamento no Brasil tem bases na chamada Lei de Terras (Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850), sendo que a premissa básica era a transformação das terras em mercadoria. Assim, “a tragédia urbana brasileira não é produto das décadas perdidas. Tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)” (MARICATO, 2008, p. 23).

social da cidade”, nos anos 2000, o planejamento territorial avançou com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), sendo que as inovações deste se situam em três campos:

Um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir - mais do que normatizar - as formas de uso e ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal (ROLNIK, 2001).

Atualmente (pós 2013), percebe-se uma perda de muitas dessas conquistas, sobretudo conquistadas [e iniciadas] com o Ministério das Cidades em 2003⁹, o qual facilitou o diálogo com políticas nos anos 2000 (início do governo Lula). Inclusive a Conferência das Cidades, que ocorreria em 2017, não aconteceu – sendo adiada para 2019 pelo Decreto Presidencial Nº 9.076/2017. Um dos pontos polêmicos da edição do Decreto diz respeito ao mandato das entidades e membros que integram o ConCidades. O mandato tem duração de três anos, este último para o período de 2015 a 2017, e encerraria com a eleição dos novos representantes na 6ª Conferência Nacional das Cidades no ano de 2017. Com a edição do Decreto, os participantes do colegiado puderam atuar apenas até o dia 23 de julho de 2017, sem previsão de continuidade. Assim, o conselho teve suas atividades encerradas, já que o evento ficou agendado somente para o ano de 2019. Ou seja, as mobilizações acerca do planejamento territorial tendem a se estagnar. E mais, com a extinção do Ministério das Cidades, já anunciado pelo Presidente Eleito Jair Bolsonaro, poderá se trazer retrocessos às políticas urbanas.

Muitos outros aspectos da vida nacional sofrem o mesmo tipo de impasse enquanto perdura a incerteza sobre o futuro político do país. Dessa forma, para que se possa novamente retomar o positivo desenvolvimento da articulação no planejamento territorial, assim como se fez nos anos 2000, é fundamental que se volte com os preceitos da gestão democrática das cidades e que sejam, de fato, colocados em prática, ou então que redes de indignações e esperança se espelhem e se interpenetrem, buscando abrir caminhos. Para isso, é necessária a integração entre os pesquisadores, formadores em diferentes níveis acadêmicos e cidadãos, em projetos, programas e planos de desenvolvimento. É imprescindível, ainda, mencionar que a área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PLURD) avaliada pela CAPES possui uma característica marcante: a interdisciplinariedade (RANDOLPH, 2013).¹⁰

Pensando nesses termos, e observando o período no qual vivemos, o técnico-científico-informacional, por que não se apropriar do ciberespaço e da cibercultura constituídos para o planejamento territorial participativo? Tentando aproximar essas discussões, a próxima seção assim se propõe.

O período técnico-científico-informacional e o planejamento territorial participativo: é possível pensar em uma correlação?

Pensando no processo de constituição dos territórios e no que Haesbaert (2006) elenca acerca das territorializações, desterritorializações e reterritorializações (TDR), a desterritorialização (virtual e não política) está intimamente ligada ao processo de modernidade e globalização, ao período técnico-científico-informacional, relacionado ao ciberespaço descrito por Lévy (1999). Saquet (2007) destaca a formação das redes de circulação e de comunicação como contribuição para o controle do espaço. Elas “agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e ligam o singular ao universal (e vice-versa), interferindo diretamente na territorialidade dos indivíduos e das classes sociais” (p.129). Essa desterritorialização (virtual)

⁹ Para os atores ligados ao movimento social pela reforma urbana, a criação do Ministério das Cidades representava a possibilidade de avançar na democratização da gestão urbana, fazendo dela um dos pilares institucionais de sua agenda, ampliando os espaços de democracia participativa, até então experimentados sobretudo no âmbito local. A resposta a essa demanda, no interior do processo de organização do Ministério, deu-se por meio da constituição de um Conselho Nacional das Cidades como parte integrante de sua estrutura e elemento central na formulação e negociação de políticas, no qual tanto setores governamentais (dos três níveis de governo) como os segmentos da sociedade civil (setor empresarial, sindicatos, organizações profissionais, ONGs, entidades acadêmicas e de pesquisa e movimentos populares) são representados e eleitos a partir de assembleias por segmentos, entre delegados presentes em Conferências Nacionais (ROLNIK, 2009, p. 35).

¹⁰ Porém, para Randolph (2013, p. 26), falta uma consolidação de “perspectivas interdisciplinares” que surgem das práticas.

possui suas bases no discurso da(s) mobilidade(es), tanto material quanto imaterial, “especialmente aquela diretamente ligada aos fenômenos da compressão tempo-espaço, propagada pela informatização através do chamado ciberespaço” (HAESBAERT, 2006, p. 236). Esse autor propõe uma interpretação do território como um híbrido entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade, explicando que há sempre um processo de territorialização e desterritorialização. Também se elenca que há diferentes perspectivas de territórios e a isso Haesbaert chama de multiterritorialidade:

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (2006, p. 341).

Não se trata apenas de uma transformação meramente quantitativa, mas, sim, de “mais alternativas territoriais, maior facilidade de acesso, maior velocidade de mudança” (HAESBAERT, 2006, p. 345). Devido às novas articulações territoriais, embasadas no ciberespaço, surgem os “territórios-rede flexíveis, onde o mais importante é ter acesso aos pontos de conexão que permitem ‘jogar’ com a multiplicidade de territórios existentes, criando assim uma nova territorialidade [...]” (HAESBAERT, 2006, p. 345) e, também, constituindo-se em constantes desterritorializações e reterritorializações.

Também, podem ocorrer desterritorializações no âmbito do Ciberespaço. Para Haesbaert (2006), um dos principais teóricos sobre a desterritorialização no ciberespaço é Lévy (1999, p. 94), autor que conceitua ciberespaço como sendo “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores”, sendo o virtual a marca desse ciberespaço. A comunicação e a organização virtual transcendem fronteiras, são globais. Difundem-se por meio do poder integrado nas redes globais (CASTELLS, 1999), através da internet.¹¹ Para Haesbaert, “Territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (2006, p. 280). Pode-se pensar, inclusive, em um Ciberterritório, sendo este

O espaço, não-físico, de interação social, assim como no território físico, porém, mediado pelas redes e conexões no *ciberespaço*, onde se inserem os diálogos, as mobilizações, as ações e os conflitos inerentes de uma sociedade, não descartando que transformações sociais possam ocorrer em decorrência destas interações (STALOCH; REIS, 2016, p. 48).

Conforme Lévy (1999, p. 94), o ciberespaço é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores”, sendo o virtual a marca desse “universo oceânico de informações” (p. 17). Esse ciberespaço está pautado na virtualização, que não é uma desrealização, o que aumenta os graus de liberdade. A virtualização pode ser encarada como um sinônimo de desterritorialização quando “o ciberespaço encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos [...] e da coincidência dos tempos” (p. 51).

Surgem novas territorializações embasadas na organização em rede, descritas por Castells (1999), as quais têm como características a mobilidade ou o movimento. As territorialidades, assim como as tecnologias, são multidimensionais. As tecnologias, principalmente a estruturação de comunicações via internet, começam a tomar forma nos anos de 1960 fazendo emergir um novo paradigma tecnológico, o da comunicação *on-line*. Para Castells (1999), a tecnologia não define a sociedade, ela é a sociedade, inclusive, possibilitando relações de poder.

É importante ressaltar que o conceito de redes não é uma exclusividade do universo tecnológico. Não se constituem apenas devido às tecnologias da informação e comunicação (TIC). São formas muito antigas de práticas humanas. Os seres humanos estão inseridos em uma sociedade por meio de relações que constroem ao longo de suas vidas, primeiro no âmbito familiar, escolar,

¹¹ A internet pode contribuir para a interação social *on-line* e *off-line* de forma muito significativa. Por mais que existam céuticos com relação à utilização da internet para a mediação das relações, pesquisas mostram que os usuários conectados conversam muito mais por outros meios, inclusive por telefone, do que pessoas que não estão conectadas à rede. Sendo assim, a questão colocada de que a internet [diga-se também, as relações no *ciberespaço*] acaba colocando os sujeitos em isolamento social se desfaz (KATZ *et al.*, 2001).

depois no trabalho e, assim, a própria natureza humana nos conduz a uma estrutura de organização em rede. Watts (2009, p. 11) conceitua rede como sendo “um conjunto de objetos conectados entre si de certo modo”. Quando se fala em rede, podemos falar tanto de uma grande empresa, de roteadores na internet ou até de neurônios. Porém, todas elas têm formas distintas umas das outras.

Todos os organismos vivos são uma rede, desde o corpo até a relação com os demais seres e com a própria natureza. O padrão de rede é um dos padrões de organização mais básico de todos os sistemas vivos (CAPRA, 1996). Em todos os níveis da vida, existem redes de conexões, de interligação, desde o sistema metabólico do corpo até as teias alimentares dos ecossistemas. O autor chama a atenção para o fato de que os componentes e os sistemas vivos se interligam sob a forma de rede. Embora a metáfora descrita por Capra (1996) possa ajudar na compreensão da estrutura em rede, não podemos transportá-la para o domínio social sem antes considerar as características que a definem. Para entender o sistema metabólico do corpo humano é preciso, antes de tudo, entender que é um padrão não-linear de organização. É preciso entender de biologia molecular e de bioquímica para compreender a natureza das conexões e suas funções dentro do sistema.

Assim também se deve fazer para analisar uma rede social que, por sua vez, é um sistema não-linear de organização. Os nós e as conexões dessas redes, diferentemente da rede molecular, não são dadas a partir de elementos bioquímicos, mas, sim, de elementos sociais, envolvendo a história, a cultura, a linguagem e a comunicação, entre outros fenômenos. As redes sociais são dadas por conexões, diretas e indiretas, que ligam uma pessoa ou grupo a outras pessoas ou grupos, podendo ser constituídas de forma direta quando incluem pessoas que você conhece (amigos) e indireta quando são formadas por relações de “segundo grau” (amigos de amigos).

Nesse sentido, Dias (2007) coloca que as redes não são descobertas, mas, sim, constituídas e recriadas de acordo com as territorialidades. Além disso, nas ciências humanas, a rede tem se pensado primordialmente como forma particular de organização social, urbana e técnica (DIAS, 2007). Sob a perspectiva antropológica, Elias (1994) coloca que a sociedade é formada por uma porção de pessoas juntas. Porém, cada qual em seu contexto. Uma porção de pessoas juntas na China não constituirá uma mesma sociedade que uma porção de pessoas juntas no Brasil, por exemplo, pois são contextos diferentes e

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos “sociedade” (ELIAS, 1994, p. 21).

Na cultura contemporânea, a organização dessa sociedade está pautada em torno de novos padrões em rede, no ciberespaço, constituídas a partir de meios de comunicação, como, por exemplo, nas redes sociais virtuais (RSV). Como redes sempre remetem a agrupamentos, a coletivos com uma dinâmica desenvolvida para que ocorra sempre a interação entre os atores, as tecnologias digitais ocupam um papel central nas profundas mudanças experimentadas em todos os aspectos da vida social, constituindo novos paradigmas (RECUERO, 2011). As relações sociais contemporâneas estão se modificando devido à utilização dessas tecnologias, principalmente da internet, na composição de redes de comunicação e interação, as chamadas redes sociais (RECUERO, 2011). De acordo com Castells (1999), as tecnologias da informação e comunicação são sensíveis aos usos sociais. A tecnologia é condição necessária, mas não somente, para a emergência de uma organização social baseada em redes, nós e conexões. São necessárias a adaptação e a vivência dos agentes (indivíduos) nessa nova forma de organização.

A difusão da internet, então, significa que os dados podem ser processados de forma muito rápida em quase qualquer parte do mundo, não existindo a proximidade física entre os indivíduos envolvidos ou conectados, surgindo assim o ciberespaço. Presume-se que, a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e informação, da internet, as relações sociais passaram a ser organizadas não mais delimitadas somente a um espaço físico [ou geográfico] mas, também, essas relações passaram a ocorrer independentes de tempo e espaço, como ocorre nas RSV após os anos 2000 (RECUERO, 2011).¹²

¹² Recuero (2011) propõe-se a pensar nessas redes e reconhece-as como agrupamentos complexos instituídos por interações sociais, apoiadas em tecnologias digitais, para pensar os aspectos individuais, coletivos e tecnológicos dos agrupamentos humanos na rede de internet, em um denominado *Ciberespaço*, a partir dos chamados Sites de Redes Sociais.

Recuero (2011) diz que, na internet, os dados podem ser processados de forma muito rápida em quase qualquer parte do mundo, não existindo a necessidade de proximidade física entre os indivíduos envolvidos ou conectados. O ciberespaço: “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores” (LÉVY, 1999, p. 17). Essa interconexão mundial de computadores, designado ciberespaço, remodela a sociedade, pois causa um impacto social e cultural muito forte, tanto positivamente quanto negativamente, principalmente na discussão sobre o poder, como aborda Lévy (1999). A revolução da tecnologia está remodelando a base material da sociedade, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade, em que “as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela” (CASTELLS, 1999, p. 22).

Pode-se, inclusive, dizer que há uma relação híbrida entre as relações nos lugares físicos e no ciberespaço. Nesse sentido, há uma interpenetração entre o *on-line* e o *off-line*, conforme descrevem Antoun & Malini (2013). O ciberespaço fez com que a rua e a rede se interpenetrassem, surgindo uma política colaborativa e em tempo real. Para os autores, o ciberespaço é um ambiente virtual comunitário e participativo de grupos de discussão. Muitas dessas discussões [ciberativismos] iniciaram-se após a primeira metade dos anos 2000, com as comunidades virtuais, sobretudo na RSV Facebook. Como exemplo se pode citar a mobilização por meio de comunidade virtual “Sou pela FURB Federal”, em prol da federalização da Universidade Regional de Blumenau, que teve, no seu auge [agosto de 2011], entre 30 e 31 mil participantes, figurando como importante espaço de debates e para a própria organização do movimento, interpenetrando-se com as ruas (STALOCH, 2015).

No caso de movimentos sociais, a interpenetração ocorre de uma forma tão simbiótica que a rua e a rede parecem uma só (ANTOUN & MALINI, 2013). Dessa forma, a internet foi apropriada por se tornar um espaço constante de tensão de diferentes movimentos e poderes, culminando em uma mobilização global político-afetiva nas ruas e nas redes, como pode ser observado nos movimentos da Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, 15M na Espanha e nas mobilizações no Brasil em junho de 2013, movidas por “redes de indignações e esperanças” (CASTELLS, 2013). Essas manifestações foram desencadeadas de forma *on-line*, mais precisamente por meio de redes sociais virtuais e também interpenetradas com as ruas (STALOCH; REIS, 2016).

A emergência da internet como meio de comunicação fez com que ocorresse uma nova interpretação, como auge de um processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade: “novos padrões, seletivos, de relações substituem as formas de interação humanas territorialmente limitadas” (CASTELLS, 2003, p. 98). A internet “é uma extensão da vida como ela é, em todas as suas dimensões e sob todas as suas modalidades” (CASTELLS, 2003, p. 100). As redes que se formam no ciberespaço são constituídas tendo em vista a comunicação, pela linguagem simbólica, por relações construídas espaço-temporalmente. Não seria possível compreender a interação social no ciberespaço para a constituição e/ou debate sobre planejamento territorial (urbano e regional) participativo?

A organização do espaço, da localização dos fixos/fluxos ou dos objetos/ações ou das formas/funções interfere no processo de desenvolvimento na medida em que o próprio espaço se apresenta como acumulação de trabalho e incorporação de capital na superfície terrestre, agindo como um campo de força na qual energia é a dinâmica social (SANTOS, 1978). Sendo o desenvolvimento (positivo desenvolvimento) um dos principais objetivos do planejamento territorial – nas escalas regional e urbana –, não seria o ciberespaço um excelente espaço de integração de forma rápida, autome-diada e horizontalizada? Como visto, atualmente há a constituição de relações sociais entre os indivíduos, mesmo estando em territórios físicos distantes, de forma horizontalizada, autônoma e autome-diada. Segundo Labadessa (2012, p. 84), “os vínculos cibernéticos colaboram para que as pessoas, que antes teriam vidas sociais mais limitadas, tenham contatos mais diversificados pelas redes”, tornando as territorialidades não mais limitadas fisicamente e, sim, expandidas ao ciberespaço que, por sua vez, é um agente de libertação.

Essa interação social no ciberespaço pode se dar de forma síncrona ou assíncrona. Síncrona quando simula uma interação em tempo real, como nos canais de *chat* ou mesmo nos bate-papos das redes sociais virtuais. São interações em que ambos os sujeitos estão presentes no mesmo momento em uma mesma conexão (RECUERO, 2011). Já as interações assíncronas são aquelas que

permanecem mesmo quando os sujeitos estão desconectados do ciberespaço. Por exemplo, o correio eletrônico e os fóruns em que a expectativa de resposta não é imediata (RECUERO, 2011).

Uma rede social é sempre um conjunto de atores e de suas relações. No ciberespaço, no âmbito dos indivíduos, possibilita novas combinações de emprego e trabalho autônomo, de expressão individual, de cooperação e de sociabilidade; além disso, para os ativistas políticos, ela tornará possível que redes de indivíduos se combinem e cooperem para disseminar sua mensagem no mundo, conforme pontua Castells (2013). Nesse ciberespaço, os cidadãos são encorajados a se relacionarem uns com os outros independentemente da sua localização geográfica. Assim, é a estrutura organizacional que igualmente define essa era (CASTELLS, 1999): a organização virtual e em rede, dadas através das tecnologias da informação e comunicação, revolucionando a maneira como os indivíduos interagem, como se mobilizam e como podem constituir [redes] territorialidades.

Pensando na administração pública, a mesma sofreu muita interferência, sobretudo pós anos de 1990, das TIC. Ademais, o processo de participação da sociedade nos processos passa a se ampliar (pós anos 2000). Nesse contexto, surge o Governo Eletrônico, que, por sua vez, é definido como "uma infra-estrutura (sic) única de comunicação compartilhada por diferentes órgãos públicos a partir da qual a tecnologia da informação e da comunicação é usada de forma intensiva para melhorar a gestão pública e o atendimento ao cidadão" (ROVER, 2009, p. 95), ou seja,

[...] é uma forma puramente instrumental de administração das funções do Estado (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário) e de realização dos fins estabelecidos ao Estado Democrático de Direito que utiliza as novas tecnologias da informação e comunicação como instrumento de interação com o cidadão e de prestação dos serviços públicos (ROVER, 2009, p. 95).

Pensando nestas correlações, não seria o ciberespaço um meio facilitador de participação, na escala regional e urbana? Não se pode pensar na utilização dessas novas formas de interação (por exemplo, via aplicativos de celular ou mesmo RSV) para direcionar seus projetos e programas de acordo com as demandas (e realidades) dos cidadãos? A própria leitura comunitária, uma das etapas da gestão democrática das cidades proposta pelo Estatuto da Cidade, poderia ser realizada por meio do ciberespaço.

Diversas já são as ferramentas utilizadas para finalidades similares. Como exemplo, consultas públicas via portal Participa.Br¹³ ou ainda por meio da plataforma identificada como forma de participação (e-Participação) do poder legislativo, da Câmara dos Deputados, chamada e-Democracia¹⁴, cuja finalidade é ampliar a participação social no processo legislativo e aproximar cidadãos e seus representantes por meio da interação digital.

Aplicativos para *Smartphones* também podem ser elencados. É o caso do "Observatório do *Aedes Aegypti*", que possibilita à população denunciar a suspeita de focos e casos de dengue de forma georreferenciada. Dessa forma, o gestor poderá ter acesso mais rapidamente às informações para poder planejar o combate ao vetor de transmissão da doença de forma mais eficiente¹⁵. Ainda se pode citar o aplicativo desenvolvido para Prefeitura Municipal de Rio do Sul (SC)¹⁶ cuja finalidade é e-Infomação e e-Consulta, que permitem, por exemplo, emitir carnê de IPTU, acompanhar processos na prefeitura, fazer agendamento de consultas, verificar medicamentos disponíveis na rede, entre outros.

Mesmo diante das possibilidades de pesquisas e discussões sobre planejamento territorial e participação se percebe, por exemplo, por meio de uma pesquisa bibliométrica na base de dados *Scopus*, uma relativa falta de discussões específicas sobre o tema. A busca de artigos ("Articles") na base de dados *Scopus*¹⁷ com a expressão "territorial planning" publicados no Brasil resultou no conjunto de 27 artigos que apresentam diversificação de temáticas abordadas com certo destaque para governança e políticas públicas. Ainda se constata publicações que relacionam planejamento

¹³ Disponível em: < <http://www.participa.br/e-ping/consulta-publica-versao-2018> >. Acesso em: dez. de 2017.

¹⁴ Disponível em: < <https://edemocracia.camara.leg.br/home> >. Acesso em: jan. de 2018. Também disponível para download nas lojas de aplicativos para Android e iOS.

¹⁵ Dados extraídos da descrição da própria plataforma (App).

¹⁶ Desenvolvido pela IPM Sistemas.

¹⁷ A fase inicial da pesquisa bibliométrica na base de dados selecionada foi realizada durante a segunda quinzena do mês de outubro e durante a primeira quinzena do mês de novembro de 2016 e atualizada na segunda quinzena de junho de 2017. Para a pesquisa, considerou-se o período de 1990 a 2016, utilizando, na busca por documentos, a expressão "territorial planning", sendo esta encontrada mediante os seguintes critérios: "Article Title", "Abstract" e "Keywords". As buscas foram realizadas em artigos ("Articles"). Quanto à área, buscaram-se documentos em "Social Sciences", base na qual se encontram dados de trabalhos publicados para a área do Planejamento Urbano e Regional e Demografia da Capes.

territorial e sustentabilidade, desenvolvimento regional e urbano e planejamento territorial participativo, porém com menor destaque¹⁸. Frisa-se que há uma “forte” correlação do planejamento territorial com temas como governança, políticas públicas e divisão territorial, ou seja, voltados mais à geografia física.

Concomitante a esta pesquisa, buscou-se, junto aos anais do XVII ENANPUR¹⁹ realizado em 2017, as temáticas abordadas cujo enfoque de análise centrou-se na participação social nos processos de planejamento. Dessa forma, pode-se constatar que:

- (i) das cinco mesas redondas realizadas, duas trataram especificamente de questões relacionadas à participação, mais especificamente movimentos sociais;
- (ii) das três sessões especiais realizadas, uma delas discutiu sobre o processo de planejamento urbano e regional no Brasil, correlacionado com a questão de lutas e políticas urbanas, participativismo e movimentos sociais no processo;
- (iii) dos cento e vinte e sete trabalhos (distribuídos em 34 salas) elencados nas sessões livres, em dez deles, identificou-se como assunto abordado o processo de mobilização social, em 3 deles a participação e também em 3 a questão do direito à cidade. Dessa forma, dos cento e vinte e sete trabalhos, em 2% deles a questão da participação teve destaque na pesquisa/discussão.

Continuando a análise, verificou-se que, dos 409 trabalhos elencados nas sessões temáticas, aqueles que trataram sobre participação representam 6% (25 trabalhos distribuídos em diferentes sessões), sendo que a maior parte deles está nas sessões temáticas: Perspectivas para o Planejamento Urbano e Regional; Novos Movimentos e Estratégias de Luta Urbana e Regional; Extensão Universitária com Perspectiva de Atuação Social e Pedagógica para Além da Sala de Aula. Porém, não foram observados trabalhos [com exceção daquele apresentado pelos mesmos autores deste texto] com a perspectiva do ciberespaço figurando com maior intensidade em pesquisas relacionadas ao planejamento territorial, sobretudo, à participação social.

Assim, a partir desse escopo apresentado, e considerando a interdisciplinaridade da área PLURD e percebendo a ausência de discussões mais reflexivas e propositivas sobre ciberespaço, participação e planejamento e desenvolvimento territorial bem como entendendo a necessidade de um planejamento mais inclusivo e participativo, diferente de muitas das políticas recentes adotadas, as notas finais deste texto reforçam a ideia em desenvolvimento cujo foco está na possibilidade da correlação das dinâmicas sociais recentes, oriundas da cibercultura [ciberespaço] e do planejamento territorial participativo, destacando que, no âmbito regional/local, é prioritária a participação da população e do saber local na formulação e execução de planos e programas, unindo governança territorial²⁰ e um processo contínuo de monitoramento e planejamento territorial, como prevê o Estatuto da Cidade.

Notas Finais

No percurso deste texto não se teve como objetivo esgotar os diálogos sobre o assunto, muito pelo contrário. O intuito é abrir horizontes para novas discussões que possam contribuir para o entendimento das dinâmicas sociais recentes desenhadas no âmbito do ciberespaço e acerca do desenvolvimento e planejamento territorial participativo que, por sua vez, estão em processo de estagnação devido às recentes políticas governamentais.

Por outro lado, de acordo com Silva (2015), há um crescimento nas duas últimas décadas no número de residências com acesso à internet bem como o aumento do uso de *Smartphones*. Importantes passos foram dados no que tange à universalização do acesso à Internet no Brasil. Em 2010, foi aprovado o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e, em 2014, o Marco Civil da Internet

¹⁸ A respeito da correlação entre planejamento territorial e sustentabilidade, analisando dados históricos, pode-se perceber uma incoerência nas políticas, a exemplo dos termos tratados na Conferência de Estocolmo em 1972 e o I e II PND também na década de 1970. Porém, este estudo é tema de outro trabalho.

¹⁹ O evento científico mais significativo [organizado pela ANPUR] da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia da Capes, podendo servir de “vitrine” para se verificar as temáticas centrais de discussão por diferentes pesquisadores.

²⁰ Pensar em governança territorial, “[...] corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais” (DALLABRIDA, 2015, p. 325).

(Lei 12.965 de 2014), que afirmam a importância do acesso de todos os cidadãos à internet²¹ bem como a “obrigação” do poder público em utilizá-la, como se observa nos Arts. 25 e 27 do Marco Civil da Internet, colocando como obrigação o uso da internet pelo Poder Público, com destaque à participação [e gestão democrática das cidades]. Corroborando textos e reflexões de autores da área de Planejamento Urbano e Regional, da Demografia e da Comunicação, é possível pensar que dispositivos [aplicativos para *smartphones*, por exemplo] são passos importantes para se pensar em planejamento territorial participativo por meio do ciberespaço. Porém, ainda é preciso avançar no campo teórico e prático. Além disso, precisa-se avançar também no que tange à integração interdisciplinar entre áreas de estudos, a exemplo, Comunicação e Planejamento Urbano e Regional e Demografia.

Como planejamento territorial e desenvolvimento estão imbricados, é fundamental que ocorra a participação social no processo, assim como prevê a gestão democrática da cidade contida no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e que, por ora, em função de retrocessos em termos de políticas governamentais, está sendo deixada de lado. Dessa forma, dialogar sobre o assunto é fazer pressão para que voltem a fazer parte da agenda e, sobretudo, da política de planejamento. É preciso, ainda, avançar no que Pereira (2015) destaca como primordial à participação no processo de planejamento territorial: 1) vontade política para o planejamento participativo; 2) aceitação do corpo técnico; e 3) tradição associativa da população [comunidade cívica – Putnam (1996)].

Ressalta-se que o intuito desta discussão foi apresentar uma proposta para apontar os novos caminhos da participação dos diferentes atores sociais no processo de planejamento territorial amparada no período técnico-científico-informacional (denominado assim por Milton Santos) no ciberespaço, sendo necessários esforços conjuntos (governança) para delinear propostas concretas. Por fim, pretende-se incitar novos e diversificados debates sobre participação no planejamento territorial [urbano e / ou regional] a partir da nomenclatura da organização em rede [potencializadora] no ciberespaço, pois a comunicação é fator fundamental que incide nos processos de desenvolvimento de um território, atuando como elemento estratégico para uma nação.

Referências

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001.** Estatuto da Cidade e Legislação Correlata.

_____. **MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano Diretor Participativo** – Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades e CONFEA, 2004.

_____. [Lei n.12.965, de 23 de abril de 2014]. **Marco Civil da internet [recurso eletrônico]:** Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 164)

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 1996.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

²¹ É sabido que muitas das metas estipuladas pelo PBNL até 2014, como por exemplo, que 4.278 municípios brasileiros teriam acesso à Internet por fibra ótica, não foram cumpridas. Silva (2015, p. 170) coloca que são três os principais obstáculos que impedem a universalização do acesso à Internet: 1) obstáculos infraestruturais; 2) obstáculos regulatórios; e 3) obstáculos econômicos. Mas, o autor diz que, no atual cenário, “é provável que continuemos avançando ainda que de forma precária e, quiçá, chegaremos à universalização do serviço um dia”.

- CLOUTIER, J. História da comunicação. In: APARICI, R. **Conectados no ciberespaço**. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 47-52.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DALLABRIDA, V.R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 1 (2), n. 215, p. 304-328, 2015.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. 2007. In: DIAS, L. C. ; SILVEIRA, R. L. (Org.) **. Redes, sociedades e territórios**. 2 . ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. Definindo território para entender desterritorialização. In: SANTOS, M. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- KATZ, J. et al. **The internet, 1995-2000: Access, Civic Involvement, and Social Interaction**. American Behavioral Scientist, 45, 2001.
- LABADESSA, E. O uso das redes sociais na internet na sociedade brasileira. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 82-94, maio/ago. 2012.
- LEFEBVRE, H. **The production of the space**. Oxford: Blackwell, 1992 [1974].
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MAFRA, F.; SILVA, J. A. **Planeamento e Gestão do Território**. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MAMIGONIAN, A. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p.152-157, jul./dez. 1999.
- MARICATO, E. **Brasil cidades: alternativas para a crise urbana**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 204p.
- _____. O lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar. In: ARANTES, O.; VAINAR, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- PEREIRA, E. M. **Alegoria da Participação: planos diretores participativos pós-estatuto da cidade**. Florianópolis: Insular, 2015.
- PNBL – Plano Nacional de Banda Larga. **Brasil Conectado**. Brasília: Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, 2010.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S.R.; COSTA, B.P. da.; SOUZA, E.B.C. de. (Orgs). **Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RANDOLPH, R. Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 11-31, maio 2013. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4168>>. Acessado em: jun. de 2018.

RANGEL, I. **História da dualidade Brasileira**. In: Revista de Economia, 4(1), São Paulo, 1981, p. 5-34.

_____. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade - Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. In: SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana**. São Paulo, Pólis, 2001. xxp. (Cadernos Pólis, 4).

_____. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 31, nov. 2009. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/219/203>>. Acessado em: set. de 2017.

ROVER, A. J. **Introdução ao governo eletrônico**. In: Democracia digital e governo eletrônico, v.1, n.1, 2009.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011 [1986].

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 54. São Paulo: AGB/FFLCH-USP, 1977.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular 2007.

_____. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, S. P. da. Políticas de acesso à Internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos. In: **Internet e Cultura**. Cadernos Adenauer XVI (2015), n.º. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2015.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de et al. (Orgs.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

_____. Participação popular no Planejamento e na Gestão Urbanos no Brasil: Vinte anos de esforços, Conquistas e Tropeços (1986-2005). In: PEREIRA, E. M. (Org.). **Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó: Argos, 2008, Pp. 215-228.

SPI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III – Regiões de Referência**. Brasília: MP, 2008.

STALOCH, R. **As redes sociais virtuais como possibilidade para a construção de territorialidades: uma análise a partir da comunidade "Sou pela Furb Federal"**. 164 f, il. Dissertação (mestrado) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2015.

STALOCH, R.; REIS, C. A mediação das relações sociais nas redes sociais virtuais. In: **Communication Studies**. n. 20, dez. 2015. Pp. 31-52.

_____. O princípio da Teoria da Agência em movimentos ciberativistas. **Vozes e Diálogo**, [S.l.], v. 14, n. 02, fev. 2016.

TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2016. **Aplicativos Justiça Eleitoral**. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/aplicativos-justica-eleitoral>> Acesso em 19 de ago. de 2016.

WARREN, I. S. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

WATTS, D. J. **Seis graus de separação: a evolução da ciência de redes em uma era conectada**. São Paulo: Leopardo, 2009.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.